

CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO (CCA)

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA N.º 5/2025

| Data | Hora de início | Hora de termo | Local |
|------------|----------------|---------------|--------|
| 11/12/2025 | 10:00 | 12:30 | GPEARi |

Membros presentes

Presidente do CCA

José Carlos Azevedo Pereira

Membro do CCA

Diretor-Geral

Rosa Maria Lourenço Caetano

Membro do CCA

Subdiretora-Geral

Paula Alexandra Fonseca da Costa

Membro do CCA

Subdiretora-Geral

Beatriz da Glória Dias Teixeira

Membro do CCA

Diretora do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional, na qualidade de responsável pela gestão de recursos humanos

Andrea Rita da Costa Oliveira

Diretora do Departamento Política e Governação Europeia

Membro do CCA

Filipa Isabel Leal Alves

Diretora do Departamento de Serviços Financeiros

Membro do CCA

Carla Margarida Pedroso Mota Alves

Chefe da Divisão de Planeamento, Avaliação e Controlo de Gestão

Exercício de funções de Secretariado

Marta Isabel Costa Ferreira Mateus

Técnica Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas da Divisão de Sistemas de Informação e Recursos

Membros ausentes

Membro do CCA

Ana Catarina Apolónia Gomes Barreto

Diretora do Departamento de Cooperação e Relações Internacionais

Ordem de Trabalhos

Aprovação dos critérios de ponderação curricular e sua valoração, para o ciclo avaliativo 2025

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão pelo Presidente, tendo-se de imediato dado início ao ponto único da ordem de trabalhos.

Nos termos do nº 1 do artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na versão atual, doravante designada por Lei SIADAP, a avaliação por ponderação curricular é diferenciada por graus de complexidade funcional e funções desempenhadas e traduz-se na avaliação do currículo do trabalhador, referente aos últimos três anos, sendo considerados entre outros as habilitações profissionais e académicas, a experiência profissional e valorização curricular e o exercício de cargos dirigentes ou outros cargos de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 43.º da Lei SIADAP, compete ao Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) fixar previamente os critérios por forma a assegurar a ponderação equilibrada dos elementos curriculares e a consideração de reconhecido interesse público ou relevante interesse social do exercício dos cargos e funções nele referidas.

Considerando os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular, prevista no supramencionado artigo, encontram-se também previstos no Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 26, de 8 de fevereiro.

Procedeu-se à aprovação dos critérios a aplicar na realização da ponderação curricular e à definição dos procedimentos a que a mesma deve obedecer.

Face ao exposto e analisados os supramencionados diplomas, o CCA deliberou por unanimidade:

1. Comunicação a efetuar aos trabalhadores abrangidos pelos n.ºs 5 a 7 do artigo 42º da Lei do SIADAP

O Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional deverá comunicar a todos os trabalhadores abrangidos pelos n.ºs 5 a 7 do artigo 42.º da Lei do SIADAP que poderão solicitar a avaliação por ponderação curricular, até ao prazo definido no ponto seguinte da presente Ata, devendo para o efeito proceder à sua consulta no site do GPEAR.

2. Data limite para pedido de ponderação curricular

Fixar em 30 de dezembro de 2025 a data limite para os interessados apresentarem o pedido de avaliação por ponderação curricular.

3. Modelo de requerimento de ponderação curricular

Será disponibilizado, no site do GPEARi, o modelo próprio para efeitos de pedido de realização da avaliação de desempenho por ponderação curricular (Anexo I).

4. Apresentação de “Curriculum Vitae”

O currículo a apresentar deverá fazer referência ao ano em avaliação, 2025, contendo a informação necessária, de forma sintética e clara, acompanhado da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, bem como de outra documentação que o trabalhador considere relevante para o efeito.

5. Escala de avaliação:

Cada um dos elementos de ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5, de acordo com os critérios previstos no artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, não podendo, contudo, em qualquer caso, ser atribuída pontuação inferior a 1.

A avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos de ponderação curricular, sendo expressa na seguinte escala de avaliação qualitativa e quantitativa, correspondendo às seguintes menções:

- Desempenho Muito Bom – avaliação final de 4 a 5 pontos;
- Desempenho Bom – avaliação final de 3,500 a 3,999 pontos;
- Desempenho Regular – avaliação final de 2 a 3,499;
- Desempenho Inadequado – avaliação final de 1 a 1,999 pontos.

6. Diferenciação de desempenhos

Face ao disposto no n.º 3 do art.º 43.º da Lei do SIADAP, as avaliações resultantes da ponderação curricular respeitarão as regras relativas à diferenciação de desempenhos, constantes no n.º 1 do artigo 75.º da referida Lei:

- Uma percentagem máxima de 30% para as avaliações de desempenho Muito Bom (do total de trabalhadores avaliados por ficha de avaliação e Ponderação Curricular);
- Uma percentagem máxima de 30% para as avaliações de desempenho Bom (do total de trabalhadores avaliados por ficha de avaliação e Ponderação Curricular);

Uma percentagem máxima de 10% para o reconhecimento de desempenho Excelente (do total de

trabalhadores avaliados por ficha de avaliação e Ponderação Curricular), sendo que apenas é passível de atribuição aos trabalhadores que obtiverem desempenho Muito Bom.

7. Reconhecimento de desempenho excelente

No requerimento de avaliação por ponderação curricular, o avaliado poderá tomar a iniciativa prevista nos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei do SIADAP, solicitando desde logo, a apreciação do seu mérito, com vista ao reconhecimento, por parte do CCA, de Desempenho Excelente, caso entenda que reúne os requisitos para a distinção.

8. Aprovação dos critérios para avaliação por ponderação curricular

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, a avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos ou conjunto de elementos de ponderação curricular, referidos no n.º 1 do artigo 3.º do citado Despacho, nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final (AF)} = 10\% \text{ HAP} + 55\% \text{ EP} + 20\% \text{ VC} + 15\% \text{ CF}$$

HAP = Habilitações Académicas e Profissionais; **EP** = Experiência Profissional;

VC = Valorização Curricular;

CF = Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

Determina, ainda, o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do citado despacho, que quando deva ser atribuída a pontuação 1 ao conjunto de elementos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º (CF), as ponderações previstas anteriormente são alteradas nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final (AF)} = 10\% \text{ HAP} + 60\% \text{ EP} + 20\% \text{ VC} + 10\% \text{ CF}$$

1) Habilitações Académicas e Profissionais (HAP):

Por habilitação académica entende-se apenas a habilitação que corresponda a grau académico ou que a este possa ser equiparado.

Por habilitação profissional entende-se a habilitação que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado.

Na valoração destes elementos são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira, e serão pontuadas da seguinte forma:

| Habilitações académicas e profissionais | Pontuação |
|--|-----------|
| Habilitação exigida para o ingresso na carreira | 5 |
| Habilitação inferior à exigida para o ingresso na carreira* | 3 |
| *a aplicar em situações que resultem, nomeadamente de reconversões profissionais | |

2) Experiência Profissional (EP):

A experiência profissional pondera e valora o desempenho de funções, no período a que se refere a avaliação, incluindo atividades desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou equiparados e funções de chefia de unidades orgânicas ou no exercício de funções de coordenação, e a participação em ações ou projetos de relevante interesse, devendo ter em conta a diferenciação em função da carreira que o avaliado integra.

A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação da participação em ações ou projetos de relevante interesse, desde que devidamente comprovadas pela entidade onde foram exercidos os cargos, funções e/ou atividades.

A pontuação deste parâmetro resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$EP = 60 \% DF + 40 \% PRI$$

DF = Desempenho de funções nas áreas diretamente relacionadas com a atividade do GPEARi;

PRI = Projetos de relevante interesse;

Para este efeito é considerado o desempenho de funções/desenvolvimento de atividades nas seguintes áreas:

- Análise, Estudos e Previsão
- Políticas e Finanças Públicas
- Serviços Financeiros
- Política e Governação Europeia
- Contencioso, Mercado Interno e Política Externa
- Cooperação e Relações Internacionais
- Planeamento, Avaliação, Controlo de Gestão, Recursos Humanos, Recursos Financeiros, Aprovisionamento, Património, TIC, Sistemas de informação.

É igualmente considerada a participação em ações ou projetos de relevante interesse, onde se incluem:

- *Para a carreira de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas e técnico superior*
 - Coordenação e participação em estudos, projetos, equipas, grupos de trabalho ou comissões;
 - Atividade de formador, conferencista ou orador em conferências, palestras, colóquios, ou outros equiparados;
 - Participação como membro de júris de procedimentos concursais;
 - Representação externa do GPEARi ou do Ministério das Finanças;
 - Autoria ou coautoria de livros, artigos ou outras publicações de carácter técnico.
- *Para a carreira de assistente técnico, assistente operacional e carreira de técnico de informática*
 - Apoio a equipas, grupos de trabalho ou comissões nas áreas do GPEARi;
 - Atividade de formador, conferencista ou orador em conferências, palestras, colóquios, ou outros equiparados;
 - Participação como membro de júris de procedimentos concursais;
 - Apoio a projetos internos.

Assim:

2.1. Para a carreira de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas e técnico superior

A pontuação relativa ao subcritério Desempenho de Funções (**DF**) será atribuída do seguinte modo:

| Desempenho de Funções (DF) | Pontuação |
|--|-----------|
| Exercício efetivo de funções de direção no GPEARi nos últimos 3 anos | 5 |
| Exercício efetivo de funções em pelo menos uma das áreas do GPEARi nos últimos 3 anos | 3 |
| Exercício efetivo de funções que não se enquadrem no âmbito das atribuições do GPEARi nos últimos 3 anos | 1 |

A pontuação a considerar no subcritério Projetos de Relevante Interesse (**PRI**) será atribuída do seguinte modo:

| Projetos de Relevante Interesse (PRI) | Pontuação |
|---|------------------|
| Com mais de 2 projetos de relevante interesse | 5 |
| Até 2 projetos de relevante interesse | 3 |
| Sem projetos de relevante interesse | 1 |

2.2. Para a carreira de assistente técnico, assistente operacional e carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação

A pontuação relativa ao subcritério Desempenho de Funções (**DF**) será atribuída do seguinte modo:

| Desempenho de Funções (DF) | Pontuação |
|--|------------------|
| Exercício efetivo de funções de coordenação no GPEARi nos últimos 3 anos | 5 |
| Exercício efetivo de funções em pelo menos uma das áreas do GPEARi nos últimos 3 anos | 3 |
| Exercício efetivo de funções que não se enquadrem no âmbito das atribuições do GPEARi nos últimos 3 anos | 1 |

A pontuação a considerar no subcritério Projetos de Relevante Interesse (**PRI**) será atribuída do seguinte modo:

| Projetos de Relevante Interesse (PRI) | Pontuação |
|---|------------------|
| Com mais de 2 projetos de relevante interesse | 5 |
| Até 2 projetos de relevante interesse | 3 |
| Sem projetos de relevante interesse | 1 |

3) Valorização Curricular (VC)

Neste fator são ponderados a formação profissional e as habilitações académicas superiores às legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira, conforme o nº 3 do artigo 6º do Despacho Normativo nº 4-A/2010.

A valoração deste parâmetro será efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VC = 50 \% FP + 50 \% HA$$

FP=Formação Profissional; HA= Habilitações Académicas;

3.1 Formação Profissional (FP): neste critério é considerada a frequência, nos últimos três anos (2023 a 2025, inclusive), de ações de formação, congressos, seminários, encontros, jornadas, palestras, conferências e cursos de formação de pequena, média e longa duração em áreas relevantes para o GPEARI, nos seguintes termos:

| Formação | Pontuação |
|---|-----------|
| Formação profissional em áreas relevantes para o GPEARI superior a 50 horas | 5 |
| Formação em áreas relevantes para o GPEARI até 50 horas | 3 |
| Sem formação profissional ou com formação não relevante para o GPEARI | 1 |

3.2. Habilitações Académicas (HA): Na valorização curricular são ainda consideradas as habilitações académicas superiores às referidas no n.º 3 do artigo 4.º do citado Despacho, da seguinte forma:

| Habilitações Académicas | Pontuação |
|---|-----------|
| Doutoramento/Mestrado | 5 |
| Pós-graduação/Formação Avançada para a Administração Pública (FA>AP). E nos termos da Portaria n.º 103/2023, de 12 de abril): O CAGEP - equiparado ao curso FA>AP: Dirigentes Superiores O FORGEP - equiparado ao curso FA>AP: Dirigentes Intermédios O CADAP - equiparado aos cursos FA>AP: Dirigentes Superiores e FA>AP: Dirigentes Intermédios O CAT - Futuros Líderes é equiparado ao curso FA>AP: Futuros Dirigentes | 3 |
| Sem habilitações académicas superiores às legalmente exigíveis | 1 |

Para a carreira de assistente técnico, assistente operacional e carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação, as habilitações são valoradas do seguinte modo:

| Habilitações Académicas | Pontuação |
|---|-----------|
| Habilitações superiores às legalmente exigíveis | 5 |
| Sem habilitações superiores às legalmente exigíveis | 3 |

4) Exercício de cargos dirigentes, de cargos ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse social (CF):

São considerados cargos ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse social os que se encontram previstos nos artigos 7.º e 8.º do Despacho n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro.

Nas carreiras de assistente técnico, assistente operacional e carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação o exercício de cargos de direção será substituído pelo exercício de funções de coordenação, nos termos legalmente previstos.

Assim, este parâmetro, será calculado com base na seguinte fórmula:

$$CF = 70\% \text{ FIP} + 30\% \text{ FIS}$$

FIP = Cargos ou funções de reconhecido interesse público

FIS = Cargos ou funções de reconhecido interesse social

4.1. Cargos ou funções de reconhecido interesse público - (FIP) para as carreiras de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas e técnico superior:

| Cargos ou funções de reconhecido interesse público | Pontuação |
|--|-----------|
| Titular de órgão de soberania | 5 |
| Titular de outros cargos políticos; | 5 |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados, nos últimos 3 anos | 5 |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania, nos últimos 3 anos | 5 |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprios das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos últimos 3 anos | 5 |
| Exercício de cargos dirigentes no GPEARi, nos últimos 3 anos | 5 |
| Outros cargos de direção noutros organismos, nos últimos 3 anos | 3 |

| | |
|---|---|
| Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação, nos últimos 3 anos; | 3 |
| Sem exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público | 1 |

4.2 Cargos ou funções de reconhecido interesse público - (FIP) para as carreiras de assistente técnico, assistente operacional e carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação:

| Cargos ou funções de reconhecido interesse público | Pontuação |
|--|------------------|
| Titular de cargo político; | 5 |
| Exercício de cargos de coordenação no GPEARi, nos últimos 3 anos | 5 |
| Exercício de cargos de coordenação noutros organismos, nos últimos 3 anos | 3 |
| Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação, nos últimos 3 anos | 3 |
| Sem exercício de cargos coordenação ou outros cargos ou funções de relevante interesse público | 1 |

4.3. Cargos ou funções de reconhecido interesse social – (FIS)

| Cargos ou funções de reconhecido interesse social | Pontuação |
|---|------------------|
| Cargos em Confederações Sindicais e Sindicatos, nos últimos 3 anos | 5 |
| Cargos em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social nos últimos 3 anos, e/ou funções com relevante interesse social que seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação | 3 |
| Sem exercício de cargos ou funções de relevante interesse público social | 1 |

Em conformidade com os critérios, ora fixados, procede-se à elaboração do Modelo de Ficha de Avaliação por Ponderação Curricular, o qual constitui o anexo II da presente Ata e que será disponibilizado no site do GPEARi.

Determina-se, ainda, proceder à divulgação da informação relevante para os avaliados, no site do GPEARi, através de extrato da presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião.

A presente Ata foi lida e aprovada pelos membros do CCA, pelo que, por estes, vai ser assinada.

Presidente

José Carlos Azevedo Pereira
Diretor-Geral

Os dirigentes

Rosa Maria Lourenço Caetano
Subdiretora-Geral

Paula Alexandra Fonseca da Costa
Subdiretora-Geral

Beatriz da Glória Dias Teixeira
Diretora do Departamento de Avaliação e
Desenvolvimento Organizacional

Andrea Rita da Costa Oliveira
Diretora do Departamento de Política e
Governança Europeia

Filipa Isabel Leal Alves
Diretora do Departamento de Serviços
Financeiros

Carla Margarida Pedroso Mota Alves
Chefe da Divisão de Planeamento, Avaliação e
Controlo de Gestão

ANEXO I

(Minuta de requerimento a solicitar avaliação por ponderação curricular)

Exmo. Senhor

Diretor-Geral do GPEARi

Assunto: Pedido de avaliação por ponderação curricular

_____ (**nome completo, carreira/categoria e serviço onde exerce funções**), encontrando-me nas condições previstas nos n.ºs 5 a 7 do art.º 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro,

_____, solicito a V. Exa. a realização da avaliação do desempenho relativa ao ano 2025, por ponderação curricular, nos termos do art.º 43.º do mencionado diploma.

Para os devidos efeitos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, anexo *curriculum vitae* e respetivos documentos comprovativos dos cargos, funções ou atividades exercidas e _____ (**outra documentação considerada relevante para apreciação**).

_____(Data)

O/A Requerente

(assinatura)

Anexo II

PONDERAÇÃO CURRICULAR

Grupo Profissional Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas e Técnico Superior

Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 26, de 08 de fevereiro, veio estabelecer os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão revista.

| | |
|------|------|
| Nome | |
| Ano | 2025 |

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP)

| 1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP) | Valorização | Pontuação |
|---|-------------|-----------|
| Habilitação exigida para o ingresso na carreira | 5 Pontos | |
| Habilitação inferior à exigida para o ingresso na carreira* | 3 Pontos | |
| Pontuação obtida neste parâmetro | | 0 |

*a aplicar em situações que resultem, nomeadamente de reconversões profissionais

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)

| 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP) | Valorização | Pontuação |
|--|-------------|-----------|
| 2.1 Desempenho de Funções (DF) | | |
| Exercício efetivo de funções de direção no GPEARi nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Exercício efetivo de funções em pelo menos uma das áreas do GPEARi nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |
| Exercício efetivo de funções que não se enquadrem no âmbito das atribuições do GPEARi nos últimos 3 anos | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| 2.2 Projetos de relevante interesse (PRI) | | |
| Com mais de 2 projetos de relevante interesse | 5 Pontos | |
| Até 2 projetos de relevante interesse | 3 Pontos | |
| Sem projetos de relevante interesse | 1 Ponto | |

| | |
|------------------------------------|---|
| Sub-total | 0 |
| Pontuação EP (60%DF+40%PRI) | 0 |

3. VALORIZAÇÃO CURRICULAR (VC)

| 3. VALORIZAÇÃO CURRICULAR (VC) | Valorização | Pontuação |
|--|-------------|-----------|
| 3.1 Formação Profissional (FP) | | |
| Formação profissional em áreas relevantes para o GPEARi superior a 50 horas | 5 Pontos | |
| Formação em áreas relevantes para o GPEARi até 50 horas | 3 Pontos | |
| Sem formação profissional ou com formação não relevante para o GPEARi | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| 3.2 Habilitações Académicas (HA) | | |
| Doutoramento/Mestrado | 5 Pontos | |
| Pós-Graduação/Formação Avançada para a Administração Pública (FA>AP). E nos termos da Portaria n.º 103/2023, de 12 de abril CADAP/FORGEF/CAGEP): O CAGEP - equiparado ao curso FA>AP: Dirigentes Superiores O FORGEF - equiparado ao curso FA>AP: Dirigentes Intermédios O CADAP - equiparado aos cursos FA>AP: Dirigentes Superiores e FA>AP: Dirigentes Intermédios O CAT - Futuros Líderes é equiparado ao curso FA>AP: Futuros Dirigentes | 3 Pontos | |
| Sem habilitações académicas superiores às legalmente exigíveis | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| Pontuação VC (50%FP+50%HA) | | 0 |

4. CARGOS OU FUNÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL (CF)

| 4. CARGOS OU FUNÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL | Valorização | Pontuação |
|--|-------------|-----------|
| 4.1 Cargos ou funções de relevante interesse público (FIP) | | |
| Titular de órgão de soberania | 5 Pontos | |
| Titular de outros cargos políticos | 5 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados, nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania, nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprios das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Exercício de cargos dirigentes no GPEARi, nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Outros cargos de direção noutros organismos nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |

| | | |
|---|----------|---|
| Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |
| Sem exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| 4.2. Cargos ou Funções de relevante interesse Social (FIS) | | |
| Cargos em Confederações Sindicais e Sindicatos nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Cargos em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social nos últimos 3 anos, e/ou funções com relevante interesse social que seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação | 3 Pontos | |
| Sem exercício de cargos ou funções de relevante interesse social | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| Pontuação CF (70%FIP+30%FIS) | | 0 |

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 04 de fevereiro, a avaliação final (AF) é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos, ou conjunto de elementos de ponderação curricular, nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final} = \text{HAP (10\%)} + \text{EP (55\%)} + \text{VC (20\%)} + \text{CF (15\%)}$$

$$\text{Avaliação Final} = 0$$

Estabelece ainda, o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do citado despacho, que quando deva ser atribuída a pontuação de 1 ponto ao conjunto de elementos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, (CF), as ponderações previstas anteriormente são alteradas nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final} = \text{HAP (10\%)} + \text{EP (60\%)} + \text{VC (20\%)} + \text{CF (10\%)}$$

$$\text{Avaliação Final} = 0$$

PONDERAÇÃO CURRICULAR

Grupo Profissional Assistente Técnico, Assistente Operacional e Carreira Especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação

Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 26, de 08 de fevereiro, veio estabelecer os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão atual.

| | |
|------|------|
| Nome | |
| Ano | 2025 |

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP)

| 1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP) | Valorização | Pontuação |
|---|-------------|-----------|
| Habilitação exigida para o ingresso na carreira | 5 Pontos | |
| Habilitação inferior à exigida para o ingresso na carreira* | 3 Pontos | |
| Pontuação obtida neste parâmetro | | 0 |

*a aplicar em situações que resultem, nomeadamente de reconversões profissionais

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)

| 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP) | Valorização | Pontuação |
|--|-------------|-----------|
| 2.1 Desempenho de Funções (DF) | | |
| Exercício efetivo de funções de direção no GPEARi nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Exercício efetivo de funções em pelo menos uma das áreas do GPEARi nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |
| Exercício efetivo de funções que não se enquadrem no âmbito das atribuições do GPEARi nos últimos 3 anos | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| 2.2 Projetos de Relevante Interesse (PRI) | | |
| Com mais de 2 projetos de relevante interesse | 5 Pontos | |
| Até 2 projetos de relevante interesse | 3 Pontos | |
| Sem projetos de relevante interesse | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| Pontuação EP (60%DF+40%PRI) | | 0 |

3. VALORIZAÇÃO CURRICULAR (VC)

| 3. VALORIZAÇÃO CURRICULAR (VC) | Valorização | Pontuação |
|---|-------------|-----------|
| 3.1 Formação Profissional (FP) | | |
| Formação profissional em áreas relevantes para o GPEARi superior a 50 horas | 5 Pontos | |

| | | |
|---|----------|---|
| Formação profissional em áreas relevantes para o GPEARi até 50 horas | 3 Pontos | |
| Sem formação profissional ou com formação não relevante para o GPEARi | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| 3.2 Habilitações Académicas (HA) | | |
| Habilitações superiores às legalmente exigíveis | 5 Pontos | |
| Sem habilitações superiores às legalmente exigíveis | 3 Pontos | |
| Sub-total | | 0 |
| Pontuação VC (50%FP+50%HA) | | 0 |

4. CARGOS OU FUNÇÕES DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL (CF)

| 4. CARGOS OU FUNÇÕES DE RECONHECIDO INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL | Valorização | Pontuação |
|---|-------------|-----------|
| 4.1 Cargos ou funções de reconhecido interesse público (FIP) | | |
| Titular de cargo político | 5 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados, nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania, nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |
| Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprios das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos últimos 3 anos | 3 Pontos | |
| Exercício de cargos dirigentes no GPEARi. nos últimos 3 anos | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação nos últimos 3 anos; | | |
| Cargos em Confederações Sindicais e Sindicatos nos últimos 3 anos | 5 Pontos | |
| Cargos em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social nos últimos 3 anos, e/ou funções com relevante interesse social que seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação | 3 Pontos | |
| Sem exercício de cargos ou funções de relevante interesse público social | 1 Ponto | |
| Sub-total | | 0 |
| Pontuação CF (70%FIP+30%FIS) | | 0 |

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 04 de fevereiro, a avaliação final (AF) é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos, ou conjunto de elementos de ponderação curricular, nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final} = \text{HAP (10\%)} + \text{EP (55\%)} + \text{VC (20\%)} + \text{CF (15\%)}$$

$$\text{Avaliação Final} = 0$$

Estabelece ainda, o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do citado despacho, que quando deva ser atribuída a pontuação de 1 ponto ao conjunto de elementos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, (CF), as ponderações previstas anteriormente são alteradas nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação Final} = \text{HAP (10\%)} + \text{EP (60\%)} + \text{VC (20\%)} + \text{CF (10\%)}$$

Avaliação Final = 0